

SOCIOLOGIA ON LINE

Estudo de Caso

2025, n.º 40 [Número Especial], e2025407, pp. 1-8

<https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2025.40.7>

Normas de submissão:

<https://revista.aps.pt/pt/normas-autores/>



<https://revista.aps.pt/pt/inicio/>

EDUCAÇÃO E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTO AUTÁRQUICO EDUCATION AND EDUCATIONAL PLANNING IN A LOCAL GOVERNMENT CONTEXT

Manuel Galego

FUNÇÕES: Concetualização, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Câmara Municipal de Cascais. Alameda dos Combatentes da Grande Guerra, 247, Edifício São José
– 1º Piso, 2750-326 Cascais, Portugal,

E-mail: manuel.galego@cm-cascais.pt | ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9656-6823>

Caracterização: percurso de formação e profissional

Conclui a minha formação em Sociologia, estudando à noite, na Universidade Autónoma de Lisboa, no início dos anos 90 do século passado. Por essa altura, aproveitando o trabalho desenvolvido para a tese final de curso, apresentei, na Câmara Municipal de Cascais a proposta de desenvolvimento de um projeto, nas áreas do ambiente, cidadania e educação não-formal. Num tempo em que se lutava, ainda, contra as consequências do crescimento urbano desordenado, tratava-se de dar aos moradores das áreas urbanas as ferramentas que lhes permitissem a apropriação e a gestão, no respeito pelo ambiente, dos espaços exteriores das suas habitações. Nesta experiência, pude trabalhar em conjunto com técnicos da área do ambiente e da educação, arquitetos paisagistas, agrónomos e professores.

Já na segunda metade da década, fui convidado para coordenar o gabinete de formação constituído no âmbito da divisão de recursos humanos da Câmara Municipal tendo aí trabalhado no desenvolvimento de todo o ciclo da formação, diagnóstico, planeamento, implementação e avaliação, para os funcionários do município. Os colegas de trabalho foram, aqui, sobretudo, das áreas de administração e da gestão de recursos humanos.

Já no início deste século, enquanto frequentava o mestrado em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no ISCTE, iniciei a minha colaboração como consultor/gestor de processos de acreditação de entidades formadoras no, entretanto extinto, Instituto para a Inovação da Formação (INOFOR). Os meus colegas de trabalho vinham de diferentes áreas de formação, desde as engenharias às ciências sociais.

Regressado à Câmara Municipal de Cascais estive a trabalhar no Gabinete de Prevenção das Toxicodependências no desenvolvimento do monitor local das toxicodependências projeto em articulação com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT). Nesta fase, os meus colegas foram sobretudo das áreas da Psicologia e do Serviço Social.

De 2008 para cá, para além de alguns trabalhos com empresas e associações como consultor para a formação, tenho trabalhado no Departamento de Educação da Câmara Municipal de Cascais. Para este período, marcado por uma ampliação das competências dos municípios na educação, afirmando-se como local estratégico de tomada de decisão (Barroso, 2013), serei um pouco mais descritivo, acreditando que, neste contexto, da Sociologia da Educação, será o que mais interessará.

Nos primeiros tempos, no Departamento de Educação, trabalhei no apoio aos projetos educativos das escolas e na implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular para o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Este trabalho consistia tanto na gestão das candidaturas como na capacitação de técnicos e professores para o desenvolvimento de um projeto de escola a tempo inteiro.

A partir de 2008, a gestão das escolas e as competências dos municípios em matéria de educação, passaram por um período de alterações significativas que se prolongaram até à atualidade com mais ou menos aprofundamentos, tanto nas perspetivas da gestão como da descentralização então preconizadas e que não caberá aqui problematizar. Assim, fui chamado, enquanto sociólogo, a desenvolver trabalhos nas áreas do planeamento e da gestão da rede educativa e no suporte à participação do município na gestão das escolas, através dos conselhos gerais e do conselho municipal de educação.

Neste contexto, estive ainda envolvido na apresentação de uma proposta para a descentralização de competências, em matéria de educação, coordenada por professores de Psicologia da Universidade Católica do Porto e que não posso deixar de considerar, de certa forma, precursora do surgimento, em 2015, dos contratos interadministrativos de educação e formação municipal.

Nos anos seguintes, respondendo ao acordo estabelecido, precisamente, no contrato interadministrativo, participei na elaboração da Carta Educativa e do Plano Estratégico Educativo Municipal, curiosamente, tendo a coordenação da

elaboração destes documentos sido adjudicada a uma equipa do Instituto Superior Técnico, os nossos interlocutores eram das áreas das engenharias e da geografia.

Como resultado dos objetivos assumidos no âmbito do Plano Estratégico Educativo, participei no projeto de constituição do Observatório para a Promoção do Sucesso Escolar em Cascais, sendo este, coordenado por uma equipa de Sociólogas da Universidade Nova de Lisboa, que se dedicou, grosso modo, à definição e consensualização de indicadores relevantes para o suporte à tomada de decisão e definição de políticas locais para a educação.

Ainda no âmbito do Plano Estratégico Educativo Municipal, pudemos colaborar em alguns projetos de intervenção pedagógica orientados para a mudança das práticas educativas e formação de chefias intermédias nas escolas.

A afirmação da identidade de sociólogo

Quando comecei a trabalhar, na administração local, no início dos anos 90, a carreira a que pertencio tinha ainda a designação de Técnico Superior de Sociologia. Mais tarde, já neste século, caíram os complementos nas carreiras gerais, e a designação passou a ser apenas Técnico Superior. Não será aqui o lugar para retomar a discussão sobre as virtudes ou os defeitos desta medida, certo é que, com frequência, os técnicos superiores adotam, na forma como se apresentam, designações, que não sendo as oficiais, lhes parecerão, estou certo, mais esclarecedoras ou dignas para dar a conhecer as suas funções, ora acrescentando, em complemento ao Técnico Superior, a respetiva formação, ora deixando, mesmo, de lado o nome da carreira e adotando as profissões correspondentes à sua formação — sociólogo, psicólogo, biólogo, etc. Seria interessante perceber se existem padrões que nos revelem algumas características específicas pela forma que adotam, preferencialmente, os diferentes profissionais. Pela minha parte, talvez porque vivi a transição, passei a apresentar-me como Técnico Superior, sem complemento.

Tendo sido, como atrás referi, tão variados os contextos profissionais em que estive inserido, terei alguma dificuldade em encontrar um único fio condutor que corresponda à forma como me assumi enquanto sociólogo ou, mais corretamente, à forma como me fui assumindo.

Num primeiro momento, assumir-me como sociólogo era como se encerrasse em mim todo o peso da ciência, como se tivesse de assumir todo o conhecimento científico produzido sobre a realidade social, era meter-me na pele de um Durkheim, de um Marx ou de um Weber. Não estou certo de que possa chamar a isso o “peso da academia”, no entanto, sim, era mais confortável dizer que tinha formação em

Sociologia. O que há de paradoxal neste “peso da academia”, é que funciona como se não bastasse como certificação da nossa capacidade de intervenção, como se fosse sempre preciso, primeiro, demonstrar perante os diferentes contextos e atores, que este é um saber que funciona.

Penso, mais uma vez, que resultará relativamente claro que os diferentes contextos em que trabalhei foram sempre contextos educativos, nos quais a educação/formação, de uma forma ou de outra, estiveram presentes. Diria, por isso, que, das “sociologias”, a que mais ferramentas forneceu, para a minha atuação, a que se revelou de maior utilidade, foi a Sociologia da educação. Mas nunca esteve sozinha. Foram importantes, em diferentes momentos, a Sociologia do ambiente, a Sociologia das organizações, a Sociologia da saúde, o planeamento, etc. Apesar disso, não sei se me consigo entender como um sociólogo da educação; é como se a educação tomasse conta do campo que lhe dá razão de ser.

Relação e diálogo com profissionais com outras formações em contextos educativos

O ecletismo e abrangência da formação em Sociologia são, a meu ver, ao mesmo tempo, responsáveis pelo peso que transportam os recém-formados quando iniciam a sua profissão como sociólogos e pela visão sociológica que permite acrescentar valor às intervenções em contextos profissionais diversificados e multidisciplinares.

Pelas experiências que tenho tido, os sociólogos são profissionais que estão muito bem preparados para compreenderem as propostas apresentadas pelos diferentes atores, de diferentes especializações, para lhes colocarem questões e acrescentarem perspetivas inovadoras. Sobretudo em contextos multidisciplinares, essa competência é-lhes frequentemente reconhecida.

No entanto, não deixam de existir tensões, mais claras, provavelmente, nos contextos escolares, ou com ele fortemente relacionados, como julgo serem, na atualidade, os municípios. Especialmente num período em que se estimula a competitividade profissional e se disputam campos que outrora não tinham tanta procura.

Os municípios, para falar da realidade que conheço melhor, assumem hoje responsabilidades nas escolas, ao nível da intervenção pedagógica e da gestão, que os levam a contratar profissionais que surgem com posturas bastante assertivas e ancoradas, por vezes, em lógicas corporativas que, se por um lado abrem novas possibilidades de atuação, por outro, tornam difícil o acesso ao campo de intervenção por parte de outros atores.

Contributos da formação em Sociologia para o exercício da atividade profissional

Ilustrando, o que foi afirmado anteriormente sobre a importância da formação em Sociologia, recorro à memória de um momento do meu percurso profissional, quando, há cerca de 20 anos, me convidaram para trabalhar num serviço municipal com responsabilidades no âmbito da educação escolar. Embora, como tive já oportunidade de referir, sempre tenha trabalhado em áreas em que a educação, seja não formal ou profissional, esteve presente, nunca tinha trabalhado em contextos de educação escolar, muito menos em situações que implicassem solicitações ao nível da gestão e administração das escolas.

Nesta altura, um período de cerca de sete anos, entre 2008 e 2015, quer no que respeita à gestão das escolas, quer no que respeita à responsabilidade dos municípios em matérias de educação escolar, no nosso país, desenharam-se profundas mudanças.

Os serviços municipais como um todo e eu, enquanto técnico, fomos chamados a assumir tarefas completamente novas e desafiantes, a relacionar-nos e com novos protagonistas, ao mesmo tempo que tínhamos de nos atualizar e mobilizar novos conhecimentos. Ora, precisamente nesta ocasião, a melhor compreensão do contexto da intervenção, com reflexos na relação com os diferentes atores e na apresentação de propostas de atuação, obrigou a uma mobilização mais forte dos contributos da formação inicial em Sociologia. Para dar alguns exemplos, foram particularmente importantes aqui os aspetos mais transversais, como a perspetiva histórica, a ideia de construção social ou a teoria do campo, sempre em conjugação com o conhecimento mais atual que se ia produzindo na academia a propósito destas transformações.

Reflexões sobre o futuro dos sociólogos em contextos educativos

Numa área como a educação, que viveu, e ainda vive, muito de “achismos”, em parte porque nela todos somos protagonistas, neste ou naquele papel, importa, a meu ver, que a Sociologia se afirme pela exigência ética que introduz no discurso sobre as práticas sociais. Importa que os sociólogos não sintam apenas o “peso da academia”, sintam também a legitimidade da academia, trabalhando em conjunto na apresentação de propostas que desmistifiquem crenças instaladas pela ausência de conhecimento científico.

Com mais ou menos pendor corporativo, e sem querer retomar o debate sobre as Ordens, é, a meu ver, importante trabalhar em instâncias que divulguem,

mas também que validem, as práticas profissionais dos sociólogos. A publicação do código deontológico (pergunto-me, quantas vezes, em contextos profissionais, terá sido evocado?), embora importante, parece-me insuficiente.

Vale a pena perguntar, desde logo, se estará a Associação Portuguesa de Sociologia (APS) a cumprir esse papel? Com que peso? Estamos a falar para dentro? Estamos a ser ouvidos pelos sociólogos? E para fora? O que é que, enquanto associação (profissional?), estamos a dizer aos outros sobre o que são e o que fazem os sociólogos? Como nos estamos a valorizar e diferenciar?

Já falámos sobre as vantagens da nossa formação, do ecletismo e da robustez da formação teórica. Falámos, e bem, sobre a qualidade dos nossos professores na academia. Eu penso que faltará reforçar o acompanhamento à inserção no mercado de trabalho. A possibilidade de estágios profissionais sob a supervisão, eventualmente mista, de profissionais seniores e professores das faculdades.

A disponibilização de recursos, de carácter permanente, eventualmente no seio da APS, de apoio à profissionalização dos sociólogos também poderia ser importante.

Talvez fizesse sentido uma aproximação à realidade profissional, o contacto com as práticas profissionais dos sociólogos fora da academia, logo nos primeiros anos de formação. Não conheço profundamente os currículos atuais para poder recomendar, mas o domínio das novas ferramentas digitais, para além do SPSS, de trabalho com dados, de georreferenciação, a não constarem dos programas, seriam importantes. No essencial, no entanto, como já se disse parece-me que a formação é boa e dá aos novos sociólogos as ferramentas que necessitam para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho.

Relação com conhecimento científico e debates académicos nas áreas de atuação

Sabemos, apesar de tudo, que a pluralidade e a mudança são da natureza do nosso objeto e da nossa ciência. O conhecimento científico, os debates académicos, a procura constante de atualização terá sempre de estar na agenda do sociólogo, para mais, em tempos de incerteza e volatilidade.

Como já tive oportunidade de referir atrás, a propósito dos contributos da formação em Sociologia para a atividade profissional, as ferramentas que, enquanto sociólogos, mobilizamos para a compreensão da realidade, relacionam-se, na maior parte das vezes, com os elementos mais estruturantes da nossa formação. E essa relação é também, a meu ver, o que nos impele, em permanência, para uma atitude crítica, relativamente aos próprios limites da nossa intervenção. A produção

científica, no âmbito da academia é, neste contexto, fundamental para ultrapassar algumas das angústias que a emergência da ação, nos contextos profissionais, constantemente nos vai colocando.

Dando um exemplo pessoal, tenho hoje a clara noção que a possibilidade de participar no VII Congresso Português de Sociologia: “Sociedade, Crise e Reconfigurações”, precisamente naquele período, entre 2008 e 2015, a que me referi, constituiu uma oportunidade única para me confrontar com a produção académica relacionada com as transformações que decorriam e problematizar as minhas práticas e convicções. Daí resultaram profundas afinações na atividade profissional, em alguns casos imediatamente transportáveis para o meu trabalho, resultando na apresentação de propostas concretas para a intervenção e até, para o aprofundamento das relações com a academia, na produção das respostas mais adaptadas ao contexto local, como foi a construção de um observatório.

Notas finais

Não tanto à flor da pele, como no encontro em que participámos e que estive na origem deste desafio, mas sempre muito a quente, procurei colocar o mínimo de filtros, não mais do que os que se exigem a uma comunicação que vai escrita, das minhas opiniões. São mesmo isso, opiniões, naquilo que não se refere aos aspetos biográficos, algumas já com o *upgrade* que se seguiu às informações dos colegas que estiveram no encontro *online* que considero ter sido muito enriquecedor.

Reitero o que disse na altura, reforçando os parabéns à secção Sociologia de Educação da APS por esta iniciativa. Sou sócio há cerca de 30 anos da Associação Portuguesa de Sociologia e, provavelmente por distração, participei, pela primeira vez numa iniciativa onde se apresentaram e discutiram as nossas práticas profissionais.

Hoje posso dizer que foi mesmo por distração. Tive, entretanto, oportunidade de conhecer a síntese do encontro que decorreu em 2022, em Marvila, disponível *online*, no *site* da APS, e verificar como me revejo na maior parte das questões que são aí apresentadas; tive, igualmente, oportunidade de conhecer o relatório do inquérito às competências e práticas profissionais dos/as sociólogos/as e, ainda, de me recordar de um momento, em que participei, salvo erro, o VIII Congresso de Sociologia, que decorreu em Évora, em 2014, e das reflexões, numa das mesas, sobre as experiências profissionais, faz 10 anos. Apesar destas reflexões, que se vão fazendo, parece que as questões se vão mantendo e as mudanças que todos reconhecemos como necessárias, tardam em acontecer.

Nota

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

Barroso, J. (2013). A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. *Educação: Temas e Problemas*, (12/13), 13-25.
<https://www.revistas.uevora.pt/index.php/educação/articles/view/11>

Data de submissão: 02/05/2024 | **Data de aceitação:** 10/12/2024